

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR – FORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Manuel Tavares¹

Educação superior e novas práticas educacionais configuradas por novos paradigmas epistemológicos²

É indubitável que os modelos de universidade e de educação superior que predominaram e predominam têm contribuído para o aprofundamento da exclusão e da inequidade sociais, privilegiando as elites e excluindo os grupos sociais mais desfavorecidos. As universidades tradicionais e as respectivas práticas educacionais pautam-se por uma educação ainda colonial, imprimindo uma única lógica e um único modelo de racionalidade. O processo de colonização, mantido pela colonialidade do poder e do conhecimento, na perspectiva de Quijano, Mignolo e Santos desqualificou todos os modos de produção intelectual irredutíveis ao modelo de racionalidade hegemônico. A herança colonial constitui ainda um grande obstáculo à configuração das práticas de acordo com paradigmas epistemológicos contra-hegemônicos. Sob tal obstáculo, a consciência crítica e problematizadora deu lugar a uma consciência supostamente científica, sem ter em consideração que a ciência é apenas um dos discursos sobre o real e não o discurso verdadeiro, inquestionável e autorizado, e sem atentar para o dado inquestionável da injusta realidade social. Neste contexto, o discurso científico produzido, afirmou-se como monopólio da universidade, afastando-se da realidade social e dos problemas contextuais que deverão ser sempre o ponto de partida para a produção do conhecimento.

Todavia, as experiências que vão surgindo no Brasil parecem indicar um acerto de contas na direção da justiça histórica e epistemológica. Apresentaremos alguns casos específicos que se afirmam com características populares e que avançam no

¹ Doutorado em Filosofia pela Universidade de Sevilha. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Desenvolve trabalhos de pesquisa na linha de Educação e Culturas e, especificamente, no âmbito da educação superior.

² O texto apresentado decorre de outros textos apresentados em seminários e congressos, subordinados à reflexão sobre a educação superior e no âmbito de um projeto financiado pela CAPES que tem por finalidade o estudo dos novos modelos de educação superior emergentes no Brasil.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



sentido da produção de um conhecimento emancipatório com reflexos na prática educacional tendo em conta a construção de uma ciência pública.

Palavras-chave: Educação Superior; colonialidade do conhecimento; conhecimento emancipatório; epistemologias contra-hegemônicas.

Introdução

No nosso tempo, as questões relativas à universidade e educação superior trazem consigo grandes incertezas, quer no que diz respeito às funções da universidade nas sociedades contemporâneas, à sua organização interna, às formas de regulação, às relações que estabelece com os centros de poder político, económico e financeiro quer relativas à inclusão de novos públicos, ao saber que se transmite, como se transmite e à relação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. As práticas pedagógicas no ensino superior pautam-se por relações dualistas e não dialógicas, ainda consonantes com o paradigma pedagógico tradicional, de centralização do poder no professor e de não reconhecimento dos saberes do estudante. A iniciação à pesquisa, que deveria ser uma questão central ao nível da formação inicial, é remetida para a pós-graduação, fase em que os alunos deveriam dominar todos os instrumentos e técnicas de pesquisa. As questões que nos inquietam relacionam-se com as dimensões pedagógica e epistemológica da universidade, ou seja, como ela será capaz ou não de incorporar outros modelos de racionalidade e outras epistemologias que resultam da diversidade e riqueza culturais existentes no mundo e como poderá formar os estudantes para a pesquisa científica e para o exercício crítico da cidadania. A partir de algumas propostas e análises teóricas (Nóvoa, Teodoro, Bernheim & Chauí, Santos, Estermann), defende-se a tese de que as universidades convencionais, pelos seus compromissos com o poder económico-financeiro e com as agendas internacionais impostas pelas organizações neoliberais, pela sua estrutura ainda colonial e pelo grau de colonialidade que invade as dimensões do poder e do conhecimento, não têm capacidade para incluir os diversos saberes e promover uma multiculturalidade emancipatória e, muito menos, a interculturalidade. Os modelos tradicionais, pela centralidade que ainda assume o professor, não têm capacidade para inovar no domínio das práticas limitando-se a ensinar a todos como se fossem um só, centralizando a ação pedagógica no ensino e menosprezando a pesquisa e extensão. O modelo de educação superior hegemônico, sustentado no paradigma

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



epistemológico ainda dominante, não responde às necessidades e exigências da sociedade contemporânea, pelo seu carácter elitista e anti-democrático.

Os novos modelos de universidade que vêm sendo implantados no Brasil e em diversos países da América do Sul (Bolívia, Equador, Colômbia, p.e.) pretendem mostrar que há outras visões de mundo, outras línguas de expressão cultural, modos diferentes de aprendizagem e de produção de conhecimento. É dessa forma que elas se habilitam a revelar e considerar as possibilidades criativas humanas adstritas às diversas tradições culturais, potenciando o instituto da soberania popular. O ensaio que apresentamos é uma reflexão sobre os novos modelos de universidade e de educação superior que emergiram no Brasil a partir dos governos dos presidentes Lula e Dilma e que representam uma “transgressão” relativamente aos modelos tradicionais. O que defendemos neste ensaio é a tese de que tais novos modelos se aproximam de uma perspectiva popular de educação superior (FREIRE, 1994), de compromisso com a ecologia de saberes (SANTOS, 2004) que frequenta sua sociedade e sua cultura e ao serviço dos que foram historicamente oprimidos, quer do ponto de vista das suas matrizes institucionais quer curriculares. Essas novas universidades, nomeadamente: Federal da Fronteira Sul (UFFS), da Integração Latino-Americana (UNILA), da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Federal do Sul da Bahia (UFSB), às quais acrescentamos a experiência formativa da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)), afirmam-se como populares, democráticas e com foco na integração internacional e/ou regional. Sob essa configuração político-institucional procuram dar resposta aos problemas e necessidades das populações, quer no âmbito local quer regional, e representam um instrumento de inclusão social e de emancipação política, tal como defendia Anísio Teixeira, especialmente pela proposta de inclusão, nas suas matrizes curriculares, da diversidade cultural e epistemológica. E é também desse modo que podem contribuir para a reordenação mundial da produção e do fluxo de saberes, reordenando a geopolítica do conhecimento mundial. A participação dos movimentos sociais na luta por uma universidade pública de qualidade, que forme cidadãos comprometidos, e não apenas especialistas e técnicos para o mercado de trabalho, confere a essas universidades uma dimensão popular ausente das universidades tradicionais. Como refere Chauí (2003, p. 14), “as parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais podem ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo que esta [...] poderá oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o



desenvolvimento desses movimentos.” A universidade constituir-se-á como popular se promover práticas de libertação dos povos e dos grupos sociais que foram historicamente invisibilizados e oprimidos. Mas será também popular na medida em que seja capaz de incorporar todos os saberes que foram submersos pelo saber hegemônico, promovendo, assim, a interculturalidade, ou, como diz Santos (2004), a “ecologia dos saberes”.

Modelo tradicional de Universidade

A instituição da “universidade” foi um dos elementos-chave para a propagação dos valores da civilização europeia e ocidental, da hegemonia das ciências experimentais e do modo como se vem construindo o conhecimento e saberes no mundo inteiro.

As sociedades contemporâneas têm sido caracterizadas como «sociedades do conhecimento». Acreditamos que são mais sociedades de profusão de dados e informação do que de conhecimento, uma vez que a existência de dados e informação em grande quantidade não resulta, necessariamente, em conhecimento e, muito menos, em conhecimento científico. O conhecimento científico é uma construção que supõe um trabalho conceitual e uma metodologia que são inacessíveis à maioria da população. Por isso, grande parte da população tem acesso a dados e informações que não transforma em conhecimentos. No entanto, é verdade que o conhecimento ocupa, atualmente, um lugar central nos processos de produção. No atual modelo económico e produtivo o fator mais importante deixou de ser a disponibilidade de capital, trabalho e matérias primas para passar a ser o uso intensivo do conhecimento e da informação (Bernheim & Chauí, 2008). Daí a centralidade das universidades e da educação superior como instituições estratégicas do desenvolvimento e formação dos cidadãos. A vantagem da centralidade do conhecimento e das tecnologias da informação representa o critério diferencial das instituições de educação superior e das respectivas sociedades. No entanto, é também o critério de exclusão de milhões de pessoas de se apropriarem do conhecimento dado que este, tendencialmente, passou a ser “um pilar da riqueza e do poder das nações” (Bernheim & Chauí, 2008, p. 7) que encaram o conhecimento como mercadoria apropriável pelo poder económico-financeiro, tornando-o acessível aos “filhos da riqueza” e inacessível aos “filhos da pobreza” e a todos os que historicamente foram marginalizados, vilipendiados e explorados.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



O mundo acadêmico, quer no Norte quer no Sul, prisioneiro de uma visão científica da modernidade, recusa e exclui todas as visões que não se enquadrem nos critérios de cientificidade impostos pela modernidade e pelo positivismo. Estes critérios, coloniais e neo-coloniais na sua essência, não só impediram que as ciências sociais e humanas se afirmassem na sua especificidade, quer do ponto de vista epistemológico quer metodológico, como também estabeleceram uma ruptura epistemológica entre o conhecimento científico e os outros saberes aos quais não reconheceram dignidade epistemológica nem dignidade ontológica aos portadores desses saberes.

O conhecimento, património da humanidade, que deveria ser um fator de inclusão e de aprofundamento da democratização das sociedades torna-se, afinal, num dos principais fatores de exclusão, sendo a injustiça cognitiva o reverso da injustiça social. A denominada sociedade do conhecimento e da informação é governada por uma lógica perversa – a lógica do mercado financeiro – o que significa a transformação do conhecimento em mercadoria e o impedimento à participação da comunidade, da sociedade civil, dos movimentos sociais como pilares fundamentais da regulação, na promoção da informação e do conhecimento necessários à vida social e cultural.

O modelo tradicional de universidade, pela sua história e pelos compromissos originários com a classe dominante e com as elites não responde às exigências da sociedade do conhecimento, de uma sociedade democrática e da construção de uma ciência pública. Afirma-se pela exclusão da diversidade cultural e epistemológica e pelo elitismo cultural de carácter eurocêntrico. António Nóvoa (2000) refere a existência de uma enorme incapacidade por parte das instituições universitárias para introduzirem instrumentos de auto-regulação e, por isso, a tendência vai no sentido de ser o mercado a estabelecer essa regulação e mecanismos de controle que, na sua perspectiva, deveriam ser atribuições do Estado. “Creio, [afirma], que temos de imaginar formas mais abertas e participadas de regulação, evitando as tendências corporativas e instaurando processos que valorizem as duas grandes missões da Universidade: formar pessoas e produzir cultura e ciência” (p. 137). Mais recentemente, Teodoro (2013) na mesma linha de Nóvoa, defende que as tendências atuais vão no sentido de um recuo do papel tradicional do Estado na definição das políticas para o ensino e Educação superiores, remetendo a regulação para agências externas de acreditação e avaliação, supostamente independentes e para a presença avassaladora do

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



mercado na regulação das políticas públicas. Hans Weiler (2000) considera que uma nova lógica invadiu o mundo universitário e o seu funcionamento a partir da invasão dos espaços educativos e universitários por novas linguagens: indicadores, *rankings*, *performances*, *accountability*, *standards*, critérios de aferição, etc. O que provoca dilemas profundos entre mundos universitários diferentes, como é o caso dos Estados Unidos e Canadá *versus* países africanos e da América Latina. Estes novos conceitos não são inocentes, explica Nóvoa (2000), “eles estão a construir e não apenas a descrever as nossas realidades universitárias. Admito que há a necessidade de instaurar novos dispositivos de regulação no espaço universitário, mas recuso-me a aceitar que esta “nova língua” se transforme numa língua única” (p. 137).

A tendência crescente para a mercantilização da educação transformou o estudante num cliente preferencial e num potencial, disciplinado e fiel consumidor. Como afirma Canclini (2008), a diminuição da escola pública e o avanço do setor privado na educação resultou na cedência de autonomia subordinando o processo educacional aos interesses e aptidões do mercado preocupando-se, sobretudo, com a capacitação técnica e menos com a formação de profissionais e pesquisadores para uma sociedade do conhecimento. A autonomia universitária transformou-se, por imposição do mercado, em heteronomia, ou seja, na imposição de critérios e normas reguladores, exteriores ao mundo académico. Por outro lado, o “assalto” do setor privado ao ensino superior, para além dos objetivos essencialmente financeiros, acaba por oferecer, na maior parte dos casos, não uma educação universitária, mas uma educação terciária, minimalista. Muitas das Instituições de Ensino Superior Privado, por não serem universidades, apostam num capitalismo académico, não fazem qualquer investimento na pesquisa e, por isso, não estabelecem a relação tão desejada entre pesquisa e ensino, a articulação entre a aprendizagem e inovação e a aposta na produção de conhecimento de acordo com outros modelos de racionalidade, tendo em consideração o novo perfil dos estudantes e a diversidade cultural dos povos e nações. A diversidade cultural e a sua inclusão em todos os graus de ensino e educação, constitui uma fonte de criatividade e inovação, para além de ser, obviamente, uma questão de direitos humanos. É por todas as razões apresentadas que defendemos a construção de outros modelos de educação superior cujas matrizes institucionais e práticas pedagógicas possam ir no sentido do compromisso com a universalização do conhecimento. Novos modelos que estejam enraizados no local e regional e possam

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



responder aos anseios e exigências das populações. Novos modelos que não compartimentem o saber, mas que estabeleçam redes temáticas de conhecimento que permitam pôr em prática a tão apregoada interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Os novos modelos de educação superior: desafios e horizontes

É no contexto de múltiplas contradições decorrentes de uma colonização e neocolonização seculares cuja lógica tem sido a dominação externa e interna, a exploração e a exclusão de uma grande parte das populações e dos seus saberes, e no contexto de experiências de reformulações ao nível do Estado em alguns países da América Latina (Bolívia, Equador, por exemplo), que algumas universidades avançam com projetos inovadores tendo em vista a construção de outros modelos de educação superior ajustados à diversidade cultural que caracteriza a realidade latino-americana. A adesão, por parte das elites locais, a modelos culturais de matriz eurocêntrica e norte-americana tem conduzido à perpetuação de estruturas de dominação económica, política, social e educativa, quer ao nível da educação superior quer não superior, impossibilitando, mesmo do ponto de vista jurídico-constitucional, a evolução para uma cultura política, jurídica, social e educativa com características latino-americanas, ou seja, de uma matriz pluricultural que caracteriza a identidade da quase totalidade dos Estados latino-americanos (Mato, 2008). Neste sentido, os povos e as suas culturas foram remetidos para as margens, para as fronteiras das sociedades, resultando historicamente em culturas e epistemologias silenciadas, oprimidas, invisibilizadas e ausentes dos processos de construção social.

Tendo em consideração que o modelo universitário tradicional, quer na sua estrutura quer nos seus objetivos, não dá conta da pluridiversidade étnica, linguística e epistemológica que existe no mundo, consideramos que as experiências ao nível da Educação superior que acontecem em diversos países da América Latina (Bolívia, Colômbia, Equador, Brasil, Argentina, Venezuela, México..) podem constituir um verdadeiro laboratório de ideias e propostas que permitam que a universidade e a educação superior possam contribuir não para a formação de elites, mas de cidadãos sem discriminação de povos e culturas e das suas epistemologias. Que estejam ao serviço das comunidades e que estas possam constituir um dos pilares da regulação e não estejam submetidas aos desígnios e

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



leis do mercado. Os desafios que se colocam às novas universidades são, sem dúvida, gigantescos, tendo em consideração a necessidade de resistência a um modelo universitário hegemônico que se globaliza, à racionalidade instrumental neoliberal que lhe serve de fundamento e ao modelo de saber que reproduz e perpetua. Importa que a caminhada que as novas universidades iniciaram não desemboque em “ghetos universitários” na periferia e semiperiferia do sistema universitário.

Os problemas de inadequação das IIES convencionais para oferecer oportunidades de formação apropriadas às condições de vida e interesses dos estudantes indígenas ou afrodescendentes e de outros setores populacionais considerados minorias, tal como a impreparação das mesmas instituições para elaborar e pôr em prática programas de formação de professores de educação intercultural bilingue está na origem dos inúmeros projetos existentes e constituem motivações suplementares para encarar os desafios que o futuro de uma outra educação superior coloca aos povos e comunidades envolvidos, nomeadamente a sua intervenção/participação na definição das políticas públicas. Os obstáculos à construção de um outro modelo de educação superior, mais equitativo, que inclua a diversidade cultural e contribua para o “viver bem” estão ligados a uma história construída a partir de esquemas herdados das relações coloniais e neocoloniais, entraves a qualquer processo de ruptura com um passado marcado pelo eurocentrismo e pela colonialidade do poder, da economia, do conhecimento, do ser, da sexualidade, do género (Mignolo, 2010) como reflexos da amplitude do processo de colonização.

Reconhecidamente, a existência de princípios orientadores e de um quadro jurídico-constitucional, desde que fundamentados nos contextos históricos, nas realidades contextuais e deles decorrentes, é uma etapa fundamental num processo complexo e moroso de mudança de paradigmas tendo em vista uma educação superior mais democrática que inclua toda a diversidade cultural. Todavia, os constrangimentos existentes que se prendem com a existência de estruturas e mentalidades ainda coloniais, com práticas conservadoras e mecanicistas dificultam as dinâmicas de mudança.

Na América Latina e Caribe têm surgido algumas experiências inovadoras no âmbito da educação superior que têm por finalidade responder às demandas dos povos indígenas e afrodescendentes, excluídos historicamente do direito inalienável a uma educação superior. Estas instituições pretendem, finalmente, resgatar e

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



valorizar as suas culturas; outras experiências «mistas» têm surgido nos diversos países no âmbito das instituições convencionais por meio da promoção de cursos direcionados para os jovens indígenas e afrodescendentes, casos, por exemplo, no Brasil, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); outras ainda que possuem núcleos de pesquisa direcionada para a diversidade cultural e para o resgate epistemológico das racionalidades oprimidas, caso, por exemplo, da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), em São Paulo. Para além destas experiências no âmbito do ensino superior convencional, novas universidades vão surgindo com projetos pedagógicos diferenciados e para cumprir os objetivos de aproximação entre povos que falam a mesma língua, contribuir para o desenvolvimento regional, combatendo o processo de litoralização, tal como permitir o acesso à educação superior de estratos populacionais antes arredados desse nível de educação: Universidade de Integração Internacional luso-afro-brasileira (UNILAB), sediada simbolicamente na cidade de Redenção, Ceará, primeira cidade brasileira a abolir a escravatura; Universidade Federal de Fronteira Sul (UFFS), sediada em Xapecó, Santa Catarina, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sediada em Foz de Iguaçu e a Universidade do sul da Bahia, sediada em Itabuna.

De realçar, ainda, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), fundada em 2005 e sediada em Guararema, na Região Metropolitana de São Paulo, que tem por objetivo prioritário a formação de quadros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Experiência ímpar no Brasil, enquadra-se num projeto inovador de educação popular ao nível da educação superior. Os alunos saídos da ENFF, onde desenvolvem um espírito crítico e internacionalista, voltam para as suas comunidades rurais onde aplicam os conhecimentos aprendidos nas diversas área do conhecimento.

Creemos que estas experiências contribuirão, cada uma a seu modo, para a construção de outros modelos de educação superior, mais abertos, menos ortodoxos, mais democráticos e populares, envolvendo a participação das comunidades e respondendo às suas reais necessidades e aspirações. Ao nível das práticas pedagógicas, estes modelos pretendem estabelecer uma verdadeira ruptura com o ensino tradicional, promovendo a interdisciplinaridade, a descompartimentação dos saberes e a aposta na relação entre teoria e prática no sentido de responder aos desafios de construção de uma nova geopolítica do conhecimento.



Referências

- BERNHEIM, Carlos Tünnerman & CHAUÍ, Marilena Souza. *Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento*. Brasília: Unesco, 2008.
- CANCLINI, Néstor García. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CHAUÍ, Marilena, A Universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, n. 24, set/out/nov./dez., 2003.
- ESCOBAR, Miguel, FERNÁNDEZ, Alfredo L., GUEVARA-NIEBLA, Gilberto, FREIRE, Paulo. *Paulo Freire on Higher Education. A dialogue at the National University of Mexico*. Albany: State University of New York, 1994.
- MATO, Daniel (Org.) *Diversidad Cultural e Interculturalidad en Educación Superior. Experiencias en América Latina*. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008.
- MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- NÓVOA, António, Universidade e formação docente. Entrevista realizada em 18 de Abril de 2000 pelas professoras Miriam Celí Pimentel Porto Foresti e Maria Lúcia Toralles Pereira (Instituto de Biociências, Unesp/Botucatu). *Interface - Comunic, Saúde, Educ* 7, 2000, pp. 129-138.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para Libertar. Os caminhos do cosmopolitismo cultural*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- TEODORO, António. Educação Superior e Inclusão. Tendências e desafios no século XXI. *Conferência*. Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação: São Paulo, Maio, 2013.
- WEILER, Hans. States, Markets and University Funding: New paradigms for the reform of higher education in Europe, *Comparative and International Education*, 30, 3, Taylor and Francis, 2000.